



# DISCIPLINA

## BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS LÍNGUAS NO BRASIL

Autora: Hosana dos Santos Silva

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

**Dilma Vana Rousseff**

VICE-PRESIDENTE

**Michel Miguel Elias Temer Lulia**

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

**Renato Janine Ribeiro**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Reitora: **Soraya Shoubi Smaili**

Vice Reitora: **Valeria Petri**

Pró-Reitora de Graduação: **Maria Angélica Pedra Minhoto**

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: **Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni**

Pró-Reitora de Extensão: **Florianita Coelho Braga Campos**

Secretário de Educação a Distância: **Alberto Cebukin**

COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE  
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONAFOR

Presidente: **Luiz Cláudio Costa**

COORDENAÇÃO GERAL DO COMITÊ GESTOR  
INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA  
DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - COMFOR

Coordenadora: **Celia Maria Benedicto Giglio**

Vice-Coordenadora: **Romilda Fernández Felisbino**

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Coordenador: **Sandro Luis da Silva**

Vice-Coordenadora: **Indaiá de Santana Bassani**

COORDENAÇÃO DE EaD

**Izabel Patrícia Meister**

**Paula Carolei**

**Rita Maria Lino Tárzia**

**Valéria Sperduti Lima**

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E DESENHO  
INSTRUCIONAL

**Felipe Vieira Pacheco**

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Daniel Lico dos Anjos Afonso**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB

Secretário: **Manuel Palacios da Cunha e Melo**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,  
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO -  
SECADI

Secretário: **Paulo Gabriel Soledade Nacif**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO - FNDE

Presidente: **Antonio Idilvan de Lima Alencar**

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SÃO PAULO - FAP-UNIFESP

Diretora Presidente: **Anita Hilda Straus Takahashi**

PRODUÇÃO

**Daniel Gongora**

**Eduardo Eiji Ono**

**Fábio Gongora Freire**

**Fabício Sawczen**

**João Luiz Gaspar**

**Lucas de Paula Andrioli**

**Marcelo da Silva Franco**

**Mayra Bezerra de Sousa Volpato**

**Sandro Takeshi Munakata da Silva**

**Tiago Paes de Lira**

**Valéria Gomes Bastos**

**Vanessa Itacaramby Pardim**

SECRETARIA

**Adriana Pereira Vicente**

**Bruna Franklin Calixto da Silva**

**Clema Aparecida Jacyntho Bittar**

**Livia Magalhães de Brito**

**Tatiana Nunes Maldonado**

SUPORTE TÉCNICO

**Enzo Delorence Di Santo**

**João Alfredo Pacheco de Lima**

**Rafael Camara Bifulco Ferrer**

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**André Alberto do Prado**

**Marlene Sakumoto Akiyama**

**Nilton Gomes Furtado**

**Rodrigo Santin**

**Rogério Alves Lourenço**

**Sidnei de Cerqueira**

**Vicente Medeiros da Silva Costa**



GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
RUA SENA MADUREIRA, 1500 - VILA MARIANA - CEP 04021-001 - SP  
[HTTP://COMFOR.UNIFESP.BR](http://COMFOR.UNIFESP.BR)

COPYRIGHT 2015

TODOS OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO SÃO RESERVADOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO.  
É PERMITIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTA PUBLICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE

# Apresentação

Nessa disciplina, discutiremos alguns aspectos sócio-históricos, culturais e políticos importantes para compreensão da realidade linguística brasileira, especialmente entre os séculos XVI e XIX.

Nas três primeiras aulas, trataremos dos contatos linguísticos no período colonial, focalizando as línguas indígenas e sua importância para formação do português brasileiro, bem como os processos de espriamento e de declínio das chamadas línguas gerais.

Nas aulas 4 e 5, exploraremos as experiências linguísticas de africanos e afrodescendentes, observando a influência das línguas africanas no português do Brasil e analisando a presença do português afro-brasileiro em comunidades remanescentes quilombolas, como Helvécia e Cafundó.

Na aula 6, analisaremos as origens do português brasileiro, retomando o postulado crioulistico e a hipótese da deriva histórica natural.

Esperamos que essas discussões facilitem a sua formação e contribuam para estimular e dar visibilidade aos estudos das línguas minoritárias brasileiras.

Bons estudos!

## Sobre a autora

Hosana dos Santos Silva é doutora (2012) em Letras pelo programa de Filologia e Língua Portuguesa / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP); mestre (2007), licenciada (2004) e graduada em Letras (2002), com habilitação em Linguística e Língua Portuguesa, pela mesma Universidade. Atua principalmente nas áreas de Teoria Linguística, Sociolinguística e História Social da Linguagem, com ênfase nos seguintes temas: teorias e descrições sintáticas, aquisição da escrita, interação, variação e mudança linguísticas e história do português brasileiro. É professora adjunta no curso de Letras (área de Linguística) da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente, desenvolve projeto de pesquisa em História Social da Linguagem.

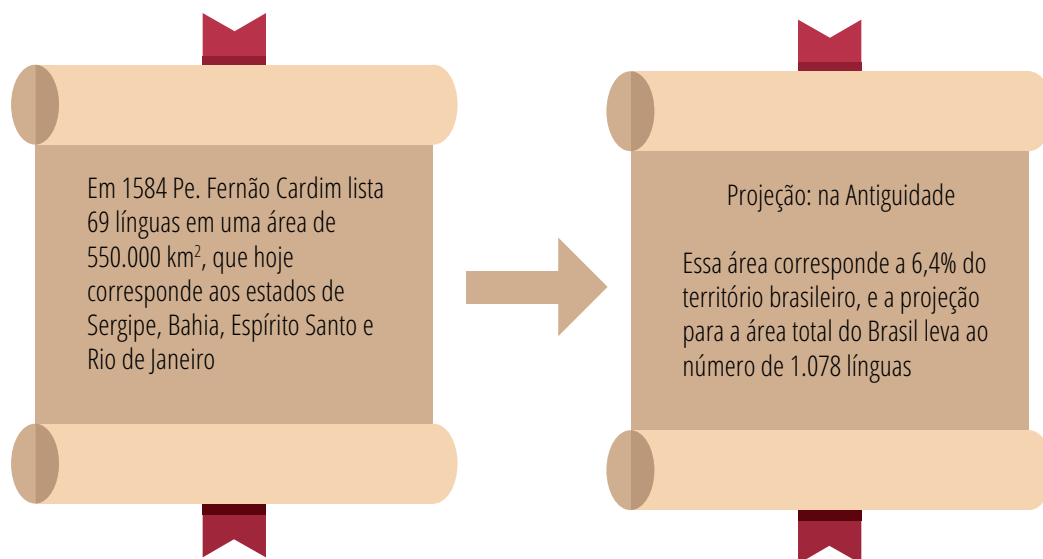


# AULA 1

## O contato linguístico no Brasil colonial

### As línguas indígenas no Brasil colonial

Conforme observamos nas aulas anteriores, quando os portugueses aportaram nessa terra que viria a se chamar Brasil, encontraram uma situação linguística bastante complexa: mais de mil línguas indígenas (cf. Rodrigues, 1983; 1999), faladas por mais de um milhão de indivíduos<sup>1</sup>. Reveja a estimativa apresentada na aula 4 da disciplina “Aspectos linguísticos da cultura indígena”, com base nos estudos de Rodrigues (1993):



Embora os dados empíricos sejam insuficientes para atestar as condições sócio-históricas e linguísticas do período pré-colonial, podemos afirmar que a história de contato entre as línguas autóctones precede a história de colonização e não se restringe aos efeitos do contato com a língua portuguesa (MELLO, RASO E ALTENHOFEN, 2011).

Em que pese a falta de apontamentos ou classificações precisas das línguas faladas nessa região no período seiscentista, os dados disponíveis sobre os primeiros contatos interlinguísticos evidenciam que a esquadra de Pedro Álvares Cabral defrontou, inicialmente, os Tupinambá

<sup>1</sup> Esses dados mudam de um estudo para o outro. De todo modo, esse número comumente varia entre um milhão e quinhentos mil e seis milhões de indivíduos.

– designação comum aos indígenas do litoral<sup>2</sup>. Sabe-se que os usos linguísticos desses falantes – do grupo tupi-guarani - eram ainda desconhecidos pelos portugueses (cf. Vainfas, 2000; entre outros). Não foi sem motivo que Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada cabralina, ao apresentar suas impressões sobre as novas terras em sua carta ao rei D. Manuel I, observou:

“

[...] Eram [os indígenas] pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.” (grifo nosso)

”

Em outra passagem do texto, Caminha acrescenta:

“

[...] Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegando à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós.” (grifo nosso).

”

Esse documento, escrito entre março e maio de 1500, deixa ver a dificuldade de comunicação entre portugueses e indígenas. Esse parece ser um dos motivos pelo qual, ao retornar à metrópole, Cabral decidiu não levar consigo quaisquer dos nativos, mas manter em terra dois degredados com missão de aprender suas línguas (cf. RODRIGUES, 1983).

<sup>2</sup> Reveja a aula 6 da disciplina “A sociodiversidade indígena no Brasil”.



Figura - Antigo mapa do Brasil, de Jacopo Gastaldi (cerca de 1500- cerca de 1565)

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

Após esse contato linguístico inicial, pelos desdobramentos da colonização portuguesa, formou-se nas terras brasileiras uma população mestiça, falante de línguas indígenas diversas, incluindo as chamadas línguas gerais.

Note-se que outras línguas alóctones entraram no Brasil - ainda no século XVI - com a presença dos primeiros africanos escravizados. Contudo, apesar da intensificação da diversidade linguística, o quadro sócio-cultural da colonização se mostrou desfavorável à preservação das línguas indígenas e africanas. Já observamos - nas aulas do módulo anterior - que no decurso dos séculos, apesar da luta e resistência contínua dos povos indígenas, muitas línguas desapareceram em consequência, sobretudo, da morte de seus falantes (por doenças trazidas pelos europeus, pela violência da escravidão e pelo massacre de diversos grupos), da aculturação e das

#### Língua autóctone

A palavra autóctone se origina no grego *autókthton* - e significa “originário do próprio solo”. Pelo latim, temos a forma *autochtone* - “nascido no país em que habita, indígena” (Houaiss, 2001). Essa palavra é comumente empregada como adjetivo para indicar ou distinguir as línguas nativas ou naturais de uma certa terra, região ou país. Nos estudos linguísticos, o termo “língua autóctone” é comumente empregado para designar as línguas indígenas.

políticas linguísticas de inibição (cf. RASO, MELLO E ALTENHO-FEN, 2011). Disso resulta a completa ausência de línguas africanas remanescentes no Brasil. Quanto às línguas indígenas, restam cerca de 180, boa parte em risco de extinção (cf. MOORE, 2011; MATTOS; SILVA, 1998; entre outros).

## As línguas gerais

Na aula 6 da disciplina “Aspectos linguísticos da cultura indígena”, estudamos um pouco as línguas gerais. A partir daqui, estenderemos essas discussões. Inicialmente, é preciso notar que o termo *língua geral* muitas vezes tem sido empregado para denominar uma língua de base tupi, gramaticalizada pelos jesuítas com o fim de viabilizar a doutrinação dos indígenas. Nesse sentido, é comum referir-se à **Arte da gramática mais usada na costa do Brasil**, do Padre Joseph Anchieta (1595), como marco do disciplinamento da língua tupi (VAINFAS, 2000).

### Língua alóctone

A palavra *alóctone* designa “o que não é originário do país que habita” (HOUAISS, 2001). No campo da linguística, o termo se aplica às línguas não originárias de uma dada terra, região ou país, mas resultantes de processos sócio-históricos de imigração e contatos linguísticos.



Figura - Capa de A arte da Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil, de Padre Anchieta (1595)

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

É frequente, ainda, o uso do termo *língua geral* com um sentido abrangente, significando uma língua de comunicação desenvolvida por indígenas da costa – falantes de línguas do tronco tupi – e adotada e modificada pelos primeiros colonos portugueses (LUCCHESI, 2009).

Para Aryon Rodrigues (1996, p. 7), em tese geralmente compartilhada pelos linguistas, o termo *língua geral* refere as línguas surgidas em situação de miscigenação e efetivo contato cultural e linguístico. Nesse sentido, a própria condição de colonização da América do Sul propiciou a formação de populações mestiças, falantes das línguas indígenas maternas - tupi, tupinambá e guarani, todas da família linguística tupi-guarani.

“

“Essas condições se produziram mais tipicamente entre os portugueses e os tupis (também chamados *tupinakins* ou *tupinikins*) de São Vicente e do planalto de Piratininga, no leste do atual estado brasileiro de São Paulo, no século XVI; entre os espanhóis e os guaranis do Paraguai, nos séculos XVI e XVII; e entre os portugueses e os tupinambás no norte dos atuais estados brasileiros do Maranhão e do Pará, no século XVII [...]” (RODRIGUES, 1996, p. 7).

”

Podemos identificar, desse modo, ao menos três línguas gerais – a paulista, a amazônica e a guarani-crioulo, esta última estabelecida entre os rios Paraná e Paraguai (RODRIGUES, 1996).

Apesar das diferenças sociais e geográficas, parte dos estudiosos costuma enfatizar o fato de que esses povos comungavam algumas normas socioculturais e linguísticas, o que possibilitou o estabelecimento de interações análogas entre os diferentes grupos indígenas e os povos europeus, propiciando o bilinguismo parcial, com uma minoria de falantes de línguas européias (o português e o espanhol) (RODRIGUES, 1996).

Nesse quadro sócio-histórico e linguístico, a língua geral se expandiu de tal modo que, nos séculos XVII e XVIII, se estabeleceu como língua de comunicação entre os colonos e mesmo entre indígenas de troncos linguísticos diversos (VAINFAS, 2000). Um bom número de documentos históricos é constantemente retomado para enfatizar o predomínio, entre os séculos XVI e XVIII, da língua geral – ou das línguas gerais, dadas as diversidades internas das variantes usadas nas diferentes regiões do Brasil.

Por fim, apesar das diversidades linguísticas em cada região, as línguas gerais apresentam características sociolinguísticas comuns, notadamente sua origem pela interação entre homens europeus e mulheres indígenas, sua transmissão ininterrupta, seu estabelecimento como instrumento de interação verbal entre europeus, mestiços e os diversos povos indígenas (RODRIGUES, 1986, p. 10-11).





Figura - Índios Tupinambás Guerreiros, de Jean de Léry  
Fonte: [ic] Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais<sup>3</sup>

## PARA REFLETIR

*No Brasil coexistem mais de 210 línguas (cerca de 180 línguas indígenas e mais 30 línguas de imigração), contudo, o português é a língua oficial do Brasil e a língua materna da maioria dos brasileiros. Como abordar esse assunto em sala de aula, levando em conta o pluralismo cultural e linguístico das escolas brasileiras?*

## SAIBA MAIS

*Para saber mais, leia “Nheengatu: a outra língua brasileira”, de Bessa Freire (2008). Link: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/08122008190121.pdf>*

<sup>3</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

## Texto complementar

Para compreender melhor a configuração do Brasil antes da chegada dos portugueses, leia, a seguir, um trecho da obra “A Presença Indígena na Formação do Brasil”, de João Pacheco de Oliveira e Carlos A. da Rocha Freire.

No link <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf> você encontrará o texto completo.

### Os índios do Brasil em 1500

(*OLIVEIRA E FREIRE, 2006, p. 21-22*)

Inúmeras pesquisas arqueológicas assinalam a ocupação do território brasileiro por populações paleoíndias há mais de 12 mil anos. Os pesquisadores acreditam hoje que houve várias etapas nesse processo de dispersão humana, pois as novas descobertas arqueológicas questionam os dados que cercam antigas interpretações do povoamento americano, como a migração asiática pelo Estreito de Behring (v. Funari e Noelli, 2005). Pesquisas dirigidas pela arqueóloga norte-americana Ana Roosevelt (1992) na Amazônia apontam registros de sociedades complexas, sofisticadas no desenvolvimento tecnológico (cerâmicas) e na organização social (cacicados). As investigações posteriores, se não mantêm um acordo completo, questionam as antigas hipóteses de povoamento, baseadas na pressuposição de existência de sociedades pequenas e simples, de caçadores e coletores, caracterizadas por uma alta mobilidade e o uso de materiais perecíveis, como cestarias. O etnólogo Curt Nimuendaju assinalou no seu mapa etno-histórico a existência de cerca de 1400 povos indígenas no território que correspondia ao Brasil do descobrimento [...]. Eram povos de grandes famílias linguísticas – tupi-guarani, jê, karib, aruák, xirianá, tucano etc. – com diversidade geográfica e de organização social. A respeito dos povos Tupi haveria várias hipóteses de sua dispersão sobre o território brasileiro. Arqueólogos como Francisco Noelli defendem o modelo desenvolvido por Donald Lathrap e José Brochado, no qual as rotas de expansão estiveram vinculadas a um centro de origem localizado na “região junto à confluência do Madeira com o Amazonas” (Noelli, 1996:31). Segundo este modelo, a expansão dos Tupinambá se deu do Baixo Amazonas ao litoral nordestino, chegando até São Paulo, enquanto os Guarani seguiam para o sul até a foz do rio da Prata. Os povos Tupi eram encontrados em toda a costa e no vale amazônico, onde dividiam o território com grupos da família aruák (nos rios Negro e Madeira) e karib (nas Guianas e no Baixo Amazonas). As descrições geográficas e culturais da vida desses povos elaboradas pelos cronistas coloniais contêm inúmeras limitações. Frequentemente se equivocavam na identificação das populações, e pouco compreendiam como os índios se rearticulavam para fazer frente ao projeto colonial português (Pacheco de Oliveira, 1987). A incapacidade dos portugueses em subjugar alguns grupos indígenas contribuiu para identificar genericamente os índios hostis como “Tapuios”. Tal identidade ocultava as iniciativas indígenas, os processos socioculturais intertribais de aliança ou conflito com colonizadores.

Há várias estimativas sobre o montante da população indígena à época da conquista, tendo cada autor adotado um método próprio de cálculo (área ocupada por aldeia, densidade da população etc.). Julian Steward, no *Handbook of South American Indians* calculou em 1.500.000 os índios que habitavam o Brasil (Steward, 1949). William Denevan projetou

a existência de quase 5.000.000 de índios na Amazônia (Bethell, 1998:130-131), sendo reduzida posteriormente essa projeção para cerca de 3.600.000 (Hemming, 1978).

O historiador John Hemming elaborou detalhadas tabelas por região, estimando em 2.431.000 a população indígena em 1500. Entretanto, seu trabalho sofreu críticas, pois transportou dados populacionais de séculos posteriores para 1500, além de incluir grupos que não se situavam em certos lugares naquele século (Monteiro, 1995). Especialista em demografia histórica, Maria Luiza Marcílio (2004) adotou os números de Hemming, enfatizando o caráter precário e incompleto das fontes coloniais. Marcílio lembrou a depopulação sofrida pelas populações indígenas através de guerras de conquista, extermínio e escravização, além do contágio de doenças, como a varíola, o sarampo e a tuberculose, que dizimavam grupos inteiros rapidamente, sofrimento testemunhado por jesuítas como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega.

[...]

## Referências

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia**. 2003. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Letras/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Nheengatu: a outra língua brasileira In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 119-150

BESSA FREIRE, José Ribamar; ROSA, Maria Carlota. **Línguas gerais: políticas linguísticas e catequese na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2003.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. A língua geral em São Paulo. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1971, p. 88-96.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre língua no Brasil. In: LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan., and RIBEIRO, Ilza., orgs. **O português afro-brasileiro** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Diversidade e unidade: a aventura linguística do português (parte 1). **Revista ICALP**, vol. 11, Março de 1988, p. 60-72.

\_\_\_\_\_. Diversidade e unidade: a aventura linguística do português (parte 2). **Revista ICALP**, vol. 12/13, Junho-Setembro de 1988, p.13-28.

MOORE, Denny. Línguas indígenas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo; RASO, Tommaso. (Orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.



OLIVEIRA,, João Pacheco de; FREIRE, Carlos A. da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf>. Acessado em 10/01/2014.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo. Os contatos linguísticos e o Brasil – Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo; RASO, Tommaso. (Orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas**. D.E.L.T.A. 9(1). São Paulo, 1993, p.83-103.

\_\_\_\_\_. **A originalidade das línguas indígenas brasileiras** [conferência realizada na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília em 08 de julho de 1999]. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas, 1999. 17p. Disponível em: <<http://www.laliunb.com.br>> . Acessado em: 12/11/2014.

\_\_\_\_\_.Aryon Dall’Igna. As línguas gerais sul-americanas. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, São Paulo, v. 4, n. 2, 1996.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. **Humanidades**, vol. 1, n. 4. Brasília, 1983, p. 22-41.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

# AULA 2

## Processos de enfraquecimento das línguas gerais

### Políticas linguísticas e mudança social: os processos de apagamento das línguas gerais

Vimos na aula anterior que as línguas gerais prevaleceram no Brasil até o século XVIII. Na história da colonização, os processos de dominação dos grupos nativos, as ações de extermínio motivadas por conflitos diversos, as mortes por doenças epidêmicas e o avanço da imigração portuguesa provocaram a brusca redução da população indígena e, conseqüentemente, de suas línguas.



Figura - Dança dos índios tupinambás, de Jean de Léry

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

Nesse quadro, o enfraquecimento das línguas gerais se apresenta como consequência direta das mudanças sociais, políticas e econômicas processadas na sociedade colonial. Dentre os múltiplos fatos históricos que marcaram esse período, destacamos as políticas lusitanas dirigidas à colônia, substanciadas na Lei do Diretório, de 03 de maio de 1757, proposta por Marquês de Pombal, ministro de D. José I – rei de Portugal.

No plano geral, o Diretório cultivou o objetivo de dirimir as diferenças socioculturais e superar a cultura indígena. No que se refere, especificamente, às políticas linguísticas, a legislação pombalina estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa em detrimento das línguas gerais. A expulsão dos jesuítas, observados como importantes reprodutores e legitimadores das línguas gerais, em 1759, é apontada pelos historiadores e linguistas como um importante fator para o gradativo enfraquecimento das línguas e culturas indígenas.

Conforme notamos na aula anterior, em São Paulo seu enfraquecimento ocorre ainda no século XVIII. Na região Amazônica, a língua geral perde sua hegemonia somente no XIX, por ocasião da emancipação do Brasil e consequente dissolução do estado do Grão-Pará como entidade autônoma (cf. Bessa Freire, 2003).

É importante enfatizar que a hegemonização da língua portuguesa se dá a partir da segunda metade do século XVIII, como parte de um processo de "secessão das línguas", conforme propõe Honório Rodrigues (1983). Dito de outro modo, a sociedade colonial brasileira viveu um verdadeiro embate linguístico, decidido com vitória da língua portuguesa:

“

“Numa sociedade dividida em castas, em raças, classes, mesmo quando é evidente o processo de unificação da língua, especialmente num continente como o Brasil, onde durante três séculos combateram várias línguas indígenas e negras contra uma branca, não havia paz cultural, nem paz linguística.

Havia, sim, um permanente estado de guerra, e qualquer que seja o nome que se dê à secessão das línguas, vulgaridade, estupidez, tédio, o resultado é sempre a separação de um homem do outro, mas também a divisão em si mesma de cada ser”. (RODRIGUES, 1983, p. 37).

”

Esse breve traçado histórico deixa ver que o estabelecimento da língua portuguesa como língua oficial do Brasil e língua materna da maioria dos brasileiros não decorre de um processo natural, mas resulta de penosas realidades sócio-culturais, irremediavelmente atravessadas por sucessivas decisões políticas. Devemos lembrar, nesse sentido, que o enfraquecimento das línguas indígenas não encerrou os conflitos linguísticos e culturais no Brasil, mesmo porque, não obstante a imposição da língua portuguesa, parte da população indígena subsistente preservou suas línguas maternas.

**Lembre-se:**

*As aulas do primeiro módulo do curso apresentam muitas informações sobre as línguas indígenas no Brasil.*

Afora isso, o tráfico de escravos africanos só foi interrompido, definitivamente, na segunda metade do século XIX, com a promulgação da lei nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, em 04 de setembro de 1850. Assim, desde a legislação pombalina, as disputas socio-linguísticas prosseguiram por mais de um século:

“

era ainda uma privação, uma aflição, uma angústia permanente que escravos negros chegados cada vez em maiores proporções revelavam na separação das línguas e na expectativa do esforço que representaria falar, exprimir-se, revelar-se. (RODRIGUES, 1983, p. 37).

”



Figura - Índios Guarani civilizados, soldados de artilharia no Rio de Janeiro, de Jean Baptiste Debret.

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais<sup>5</sup>

Apesar dessa história de apagamentos, declínios e glotocídio (aniquilamento deliberado de línguas), na atualidade, conforme vimos nas aulas anteriores, a população indígena que vive no Brasil ainda fala uma multiplicidade de línguas, entre elas as variedades do nheengatu comumente referida, entre outras denominações, como língua geral amazônica. Desde 2002, o nheengatu tornou-se, no município de São Gabriel da Cachoeira, a primeira língua indígena cooficializada em território brasileiro, juntamente com o tukano e o baniwa (cf. BESSA FREIRE, 2003; NAVARRO, 2012).

<sup>5</sup> Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

## PARA REFLETIR

*Quais medidas podem ser adotadas, na educação básica (ensino fundamental e médio), para preservação das línguas indígenas?*

## Texto complementar

Leia um trecho do clássico texto de Sérgio Buarque de Holanda sobre a importância das línguas gerais em São Paulo.

### **A língua geral em São Paulo**

*(BUARQUE DE HOLANDA, 1971 [1948], p.88-96)*

[...]

Admite-se, em geral, sobretudo depois dos estudos de Teodoro Sampaio, que ao bandeirante, mais talvez do que ao indígena, se deve nossa extraordinária riqueza de topônimos de procedência tupi. Mas admite-se sem convicção muito arraigada, pois parece evidente que uma população “primitiva”, ainda quando numerosa, tende inevitavelmente a aceitar os padrões de seus dominadores mais eficazes.

Não faltou, por isso mesmo, quem opusesse reservas a um dos argumentos invocados por Teodoro Sampaio, o de que os paulistas da era das bandeiras se valiam do idioma tupi em seu trato civil e doméstico, exatamente como os dos nossos dias se valem do português.

Esse argumento funda-se, no entanto, em testemunhos precisos e que deixam pouco lugar a hesitações, como o é o do Padre Antonio Vieira, no célebre voto que proferiu acerca das dúvidas suscitadas pelos moradores de São Paulo em torno do espinhoso problema da administração do gentio. “É certo – sustenta o grande jesuíta – é certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender na escola...”

Não se diga que tal afirmação, vinda de quem veio, pudesse ter sido uma invenção piedosa, destinada a abonar o parecer dos adversários da entrega do gentio a particulares e partidários do regime das aldeias, onde, no espiritual, pudessem os índios ser doutrinados e viver segundo a lei da Igreja. Era antes um escrúpulo e dificuldade, que tendia a estorvar o parecer de Vieira, pois “como desunir esta tão natural união”, sem rematada crueldade para com os que “assim se criaram e há muitos anos vivem”?

Tentando precaver-se contra semelhante objeção, chega a admitir o jesuíta que se os índios ou índias tivessem realmente tamanho amor aos seus chamados senhores, que quisessem ficar com eles por espontânea vontade, então ficassem, sem outra qualquer obrigação além desse amor, que é o cativo mais doce e a liberdade mais livre.



Que Vieira, conhecendo apenas de informações o que se passava em S. Paulo, tenha sido levado facilmente a repetir certas fábulas que, entre seus próprios companheiros de roupeira, correriam a respeito dos moradores da capitania sulina, não é contudo improvável. Caberia, por conseguinte, ao lado do seu coligir outros depoimentos contemporâneos sobre o assunto e verificar até onde possam eles ter sido expressão da verdade.

O empenho que mostraram constantemente os paulistas do século XVII em que fossem dadas as vigariarias da capitania, de preferência a naturais dela, pode ser atribuído ao mesmo nativismo que iria explodir mais tarde na luta dos emboabas. Mas outro motivo plausível é apresentado mais de uma vez em favor de semelhante pretensão: o de que os religiosos procedentes de fora, desconhecendo inteiramente a língua da terra, se entendiam mal com os moradores.

É explícita, a propósito, uma exposição que, isso já em 1725, enviaram a el-Rei os camaristas de São Paulo. E em 1698, ao solicitar Sua Majestade que o provimento de párocos para as igrejas da repartição do Sul recaísse em religiosos conhecedores da língua-geral dos índios, o Governador Artur de Sá e Meneses exprimia-se nos seguintes termos: "... a maior parte daquela Gente se não explica em outro idioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos, e desta falta se experimenta irreparável perda, como hoje se vê em São Paulo com o novo Vigário que veio provido naquela Igreja, o qual há mister quem o interprete..."

Que entre as mulheres principalmente o uso da língua-geral tivesse caráter mais exclusivista, eis uma precisão importante, que o texto citado vem acrescentar às informações de Vieira. Mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como tem sido em toda parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica [...]

## Referências

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia**. 2003. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Letras/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BRASIL. **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. GROUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. A língua geral em São Paulo. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1971, p. 88-96.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **O último refúgio da língua geral no Brasil**. Estud. av. [online]. 2012, vol.26, n.76, pp. 245-254. ISSN 0103-4014.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. As línguas gerais sul-americanas. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, São Paulo, v. 4, n. 2, 1996.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. **Humanidades**, vol. 1, n. 4. Brasília, 1983, p. 22-41.



# AULA 3

## As línguas indígenas e o português brasileiro

### As línguas indígenas no século XIX

Observamos, nas aulas anteriores, que as línguas indígenas brasileiras se enfraqueceram entre os séculos XVI e XIX, como consequência da depopulação e dos processos de aculturação.



Figura - A passagem de um rio pelos indígenas guaicurus.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil<sup>6</sup>

6 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital>

No século XIX, com a emancipação política do Brasil, assentou-se um projeto nacionalista, que implicou a busca por uma língua e literatura próprias, livres dos enlaces lusitanos. Nesse contexto, renovou-se, entre as elites brasileiras, o interesse pelas línguas indígenas, especialmente o tupi. Reavivaram-se os antigos debates acerca do papel integracionista desempenhado pelas línguas gerais e, ainda, acerca de seu valor enquanto herança linguístico-cultural na formação da história nacional brasileira (RODRIGUES, 2002; 2008). No Estado Imperial, os acadêmicos encarregaram-se de impulsionar o tupi. Todavia, podemos dizer que nunca houve no Brasil verdadeira valorização das línguas e culturas indígenas. Conforme propõe Rodrigues (2008, p. 333), o que ressurgiu, no Brasil oitocentista, é uma língua idealizada, um tupi “morto-vivo”, suficiente para fixar uma “impressão de brasilidade”:

“

O quadro que se pintava era de um idioma descolado de seu povo. Ou seja, um idioma que era patrimônio da Igreja, do Estado e de letrados. O idioma tupi sobrevivera, mas a raça tupi desaparecera, ou estava praticamente extinta” (RODRIGUES, 2008, p. 333).

”

Nos anos seguintes e até o final do século XIX, com o avanço dos projetos nacionalistas, o interesse pelas questões indígenas alinha-se ainda mais às perspectivas ideológicas das elites. De fato, nas últimas décadas do Império, vigora uma visão romântica, em que o indígena é representado como o “bom selvagem” – símbolo da identidade nacional (SCHWARCZ, 2008, p. 111).



Figura - Menino índio de Mato Grosso, de Marc Ferrez.

Fonte: France Diplomatie, 2015.

Não obstante o processo de idealização do tupi, o interesse da intelectualidade pela língua indígena acabou por lhe conferir algum prestígio. Ora, a literatura romântico-indianista, os estudos científicos, as pesquisas e discussões sobre as línguas indígenas tiveram importância na formação do português brasileiro. Isto porque, para além dos usos linguísticos propriamente ditos, os traços das línguas indígenas passaram a integrar as ideologias linguísticas brasileiras (cf. SANTOS SILVA, 2012). Dito de outro modo, a noção de correção linguística no Brasil - mediada pelo conhecimento e legitimação das línguas indígenas enquanto formadoras do português brasileiro - passa a distinguir-se do normativismo europeu.

Por fim, é necessário observar que, a despeito do interesse acadêmico pelas línguas indígenas, em especial o tupi, a hegemonia da língua portuguesa sobre as demais línguas faladas no Brasil permaneceu inabalável.

## As línguas indígenas e o português brasileiro

Não devemos perder de vista o fato de que a força sócio-cultural da língua portuguesa não decorre de um processo natural, mas das condições políticas, econômicas e sócio-culturais que resultaram na imposição dessa única língua em detrimento de todas as outras.

Se a emancipação cultural brasileira acarretou a busca por uma língua própria, é fato que, no plano geral, a intelectualidade brasileira oitocentista não chegou a reivindicar a validação das línguas indígenas ou africanas como língua nacional e/ ou oficial no Brasil (cf. PAGOTTO, 1998; LIMA, 2008). Na verdade, aquela sociedade fortemente hierarquizada, sustentou as hierarquias linguísticas estabelecidas ao longo da história colonial (MARIANI, 2004), em consonância com os estudos cientificistas dos séculos XIX e XX, que tão bem postularam a existência de línguas estruturalmente primitivas (línguas indígenas, africanas, crioulas etc.), por oposição a línguas estruturalmente complexas (notadamente, as línguas europeias).

## Sobre o léxico do português brasileiro

Quando se discute o papel das línguas indígenas na formação do PB, o enfoque recai no léxico, aspecto linguístico muito explorado, desde o século XIX, para afiançar a autonomia do português do Brasil em relação a Portugal (cf. Petter, 2002; Horta Nunes e Petter, 2002).

Com efeito, é bastante vasto o léxico de origem indígena presente no português do Brasil. Nesse sentido, podemos exemplificar com algum vocabulário extraído do **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem Tupi**, de Antonio Geraldo da Cunha (1998 [1978]):

## Vocabulário de origem tupi

*Açaí*: espécie de palmeira da subfamília das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida fermentada muito apreciada; açazeiro.

*Aipim*: planta da família das euforbiáceas.

*Amendoim*: nome de diversas plantas da família das leguminosas.

*Anhanguera*: gênio maléfico, entre os indígenas.

*Arara*: nome comum a diversas aves de grande porte da família dos psitacídeos.

*Beiju*: bolo de farinha de mandioca.

*Biboca*: buraco, cova, local de difícil acesso; por extensão, ruelas, ou logradouros frequentados por indivíduos de baixa condição social.

*Caatinga*: mata de vegetação xerófila, constituída de árvores de filhas finas, cardos e gravatás, característica dos sertões do nordeste do Brasil.

*Caboclo*: índio; mestiço de branco com índia; homem do sertão, de hábitos rudes e de pele queimada pelo sol.

*Canindé*: ave da família dos psitacídeos.

*Capão*: pequeno bosque insulado num descampado.

*Capim*: denominação comum a diversas plantas das famílias gramíneas e das ciperáceas; erva, mato em geral.

*Emboaba*: alcunha que, nos tempos coloniais, principalmente na região das minas, foi dada pelos descendentes dos bandeirantes paulistas aos portugueses e aos forasteiros em geral; reinol.

*Guri*: bagre novo; por extensão, criança.

*Indaiá*: nome comum às palmeiras da subfamília das cocosóideas.

*Jabuti*: réptil da ordem dos quelônios, família dos testudinídeos.

*Jacarandá*: nome comum a diversas plantas das famílias das mimosas e das bignoniáceas que fornecem excelente madeira para móveis e outras obras finas de marcenaria.

*Maguari*: ave da ordem dos ciconiformes, família dos ciconídeos.

*Mirim*: pequeno.

*Paçoca*: iguaria preparada com carne desfiada e farinha de mandioca socadas no pilão; amendoim ou castanha-do-pará torrados e socados no pilão, com açúcar e farinha; por extensão, mistura, confusão.

## Texto complementar

Apresentamos, a seguir, um trecho do “Pós-escrito à Diva”, de José de Alencar. Nesse texto, o autor rejeita as críticas que recebera por empregar em suas obras uma variedade linguística afastada do modelo lusitano. Observem que as palavras de Alencar se apresentam como crítica à proposta de subordinação do Brasil aos ditames sociolinguísticos portugueses.

### Pós-escrito

(ALENCAR, 1865)

[...]

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada.

Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das ideias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se.

Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas sejam indispensáveis e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez fixaram esquecidas muitas pedras finas; essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classismo.

Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito, de que é ela a expressão, varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo.

Deste modo não somente se vão substituindo aquelas dicções que por antigas e desusadas caducam, como se estimula o gosto literário, variando a expressão que afinal de tanto repetida se tornaria monótona. De resto, essa é a lei indeclinável de toda a concepção do espírito humano, seja simples idéia, arte ou ciência, progredir sob pena de aniquilar-se [...].



### PARA REFLETIR

*Quais os efeitos, na atualidade, da dominação glotocida e etnocida que seguiu ao descobrimento das terras brasileiras?*



### SAIBA MAIS

*Para saber mais sobre esse assunto, leia “A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil”, de Ivana Stolze Lima (2003). Link: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi%2007/topoi7a5.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a5.pdf)*

## Referências

- CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem Tupi**. 4. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998 [1978].
- HORTA NUNES, José; PETTER, Margarida (Org.) **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.
- LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). **História Social da Língua Nacional**. Edições Casa Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2008, p. 327-349.
- PAGOTTO, Emílio G. Norma e Condescendência, Ciência e Pureza. In: **Línguas Instrumentos Lingüísticos**, 3, Campinas: Pontes, 1998.
- PETTER, Margarida. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: Horta Nunes, José; Petter, Margarida (Org.) **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002. p. 123-145.
- RODRIGUES, João Paulo C. S. **A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.
- \_\_\_\_\_. Tupifilia internacional: tupi, cientistas e viajantes no século XIX. In: Lima, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). **História Social da Língua Nacional**. Edições Casa Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2008, p. 327-349.
- SANTOS SILVA, Hosana. **O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas**. Tese de Doutorado. 2002. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SCHWARCZ, Lília M. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1993].
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

# AULA 4

## As línguas africanas no período colonial

Nas aulas anteriores, discutimos questões a propósito das línguas indígenas, analisando as condições iniciais de contato linguístico, a expansão e gradual enfraquecimento das línguas gerais e seu lugar no discurso fundador das nacionalidades brasileiras.

Mas é fato que a realidade sociolinguística no Brasil colonial foi ainda mais complexa, dada a presença das línguas africanas. Conforme propõe José Honório Rodrigues:

“

a língua portuguesa teve na geral e na diversidade de línguas faladas pelos índios sua principal inimiga, mas as africanas também tiveram que ser dominadas para a vitória da língua portuguesa (RODRIGUES, 1983, p. 19) .

”

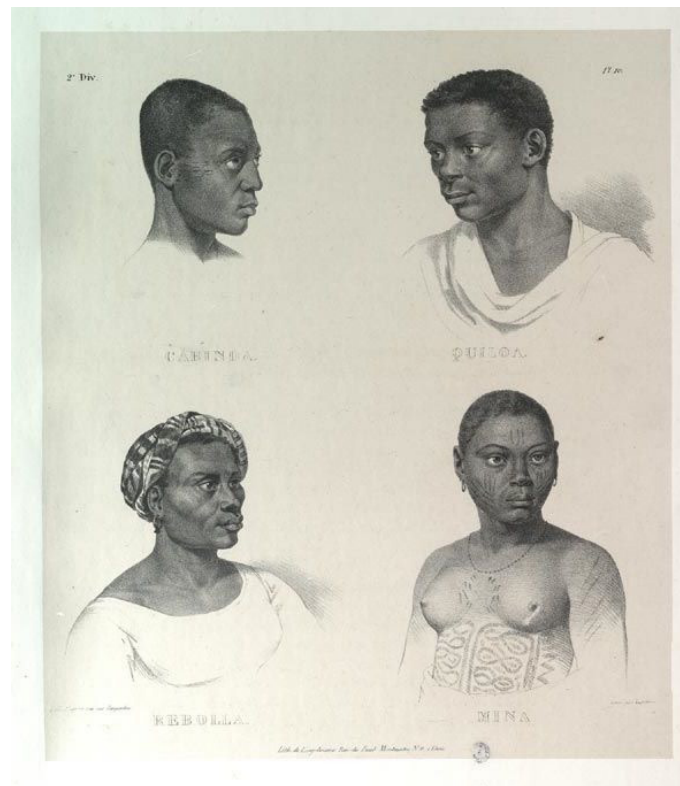


Figura - Cabeças de negros (1835). Rugendas, Johann Moritz (1802-1858)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil



Os primeiros escravos africanos foram introduzidos nas terras brasileiras já no século XVI, talvez com a primeira expedição oficial de povoadores (cf. PRADO JR., 2006 [1974]) e, nas últimas décadas do século XVII, a mão de obra africana passou a constituir a base do sistema colonial.

É comum nos estudos sócio-históricos e linguísticos (cf. MATTOSO CÂMARA, 1965; RODRIGUES, 1993; BONVINI, 2013, entre outros) a referência a quatro grandes ciclos de escravização africana:

Primeiro ciclo	iniciado no século XVI, o chamado ciclo da Guiné, alcançou os sudaneses da Costa da Guiné.
Segundo ciclo	o ciclo do Congo e de Angola, no século XVII, escravizou africanos da zona banta.
Terceiro ciclo	o ciclo da costa da Mina, na primeira metade do século XVIII, atingiu novamente os sudaneses e, entre 1770 e 1850, recaiu na baía de Benin.
Quarto ciclo	Por fim, no século XIX, o Brasil recebeu africanos de diversas regiões, em especial, de Angola e de Moçambique.

(cf. RODRIGUES, 1983; BONVINI, 2013).

É importante enfatizar que a manutenção do sistema escravista intensificou a pluralidade linguística no Brasil, já que, retomando as palavras de Bonvini (2013):

“

A transplantação das línguas africanas para o Brasil foi concomitante à importação dos escravos africanos que começou em terras brasileiras, na metade do século XVI, e prosseguiu até o século XIX. Ela flutuou segundo os diversos ciclos que a caracterizam. (BONVINI, 2013).

”

Não se pode apontar com certeza quais as línguas faladas pelos africanos cativos, todavia, considerando a área atingida pelo tráfico, acredita-se que foram transplantadas para o Brasil uma vasta quantidade de línguas da área oeste-africana e da área austral ou banta. Nesse sentido, Nina Rodrigues, ainda na década de 1930, propõe:



“

[...] as línguas africanas faladas no Brasil sofreram para logo grandes alterações, já com a aprendizagem do português por parte dos escravos, já com o da língua africana adotada como língua geral pelos negros aclimados ou ladinos. De fato, ninguém iria supor que falassem a mesma língua todos os escravos pretos. Antes, no número das importadas, na infinita multiplicidade e matizes dos seus dialetos, elas eram tantas que, num exagero quase desculpável, se poderiam dizer equivalentes em número ao dos carregamentos de escravos lançados no país (NINA RODRIGUES, 2010 [1933], p., 132).

”

É possível que as condições sócio-culturais e econômicas estabelecidas na colônia tenham favorecido a adoção do quimbundo (ou congolesa) como língua de comunicação entre africanos originários da área banta, além do nagô (ou iorubá), entre sudaneses ou falantes do grupo central (cf. Castro, 2005; Lucchesi, 2009; Bonvini, 2013; entre outros). Acredita-se, ainda, que línguas de outros grupos linguísticos africanos também se constituíram línguas francas no Brasil, consoante a origem e predominância dos grupos africanos escravizados em cada região (LUCCHESI, 2009, p. 66).

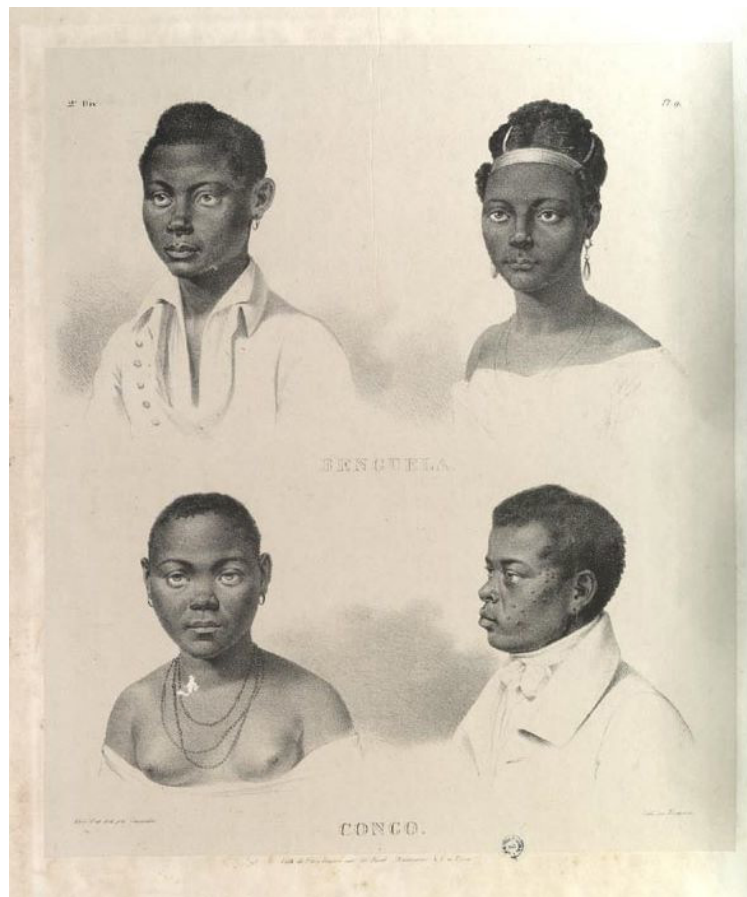


Figura - Negros de Benguela e Congo (1835). Rugendas, Johann Moritz (1802-1858)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

## As línguas africanas e o português brasileiro

É preciso notar que o contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas não tem sua origem no empreendimento colonial, mas na história de interação entre portugueses e africanos, iniciada na expansão portuguesa no continente africano e na presença de africanos em Portugal. Assim, o português das caravelas já trouxera consigo marcas linguísticas tomadas das línguas africanas (cf. BONVINI, 2002; PETTER, 2002; ALMEIDA, 2012).

Com a presença das línguas africanas no Brasil, o português brasileiro assumiu características ainda mais singulares em relação à língua falada em Portugal; haja em vista as notáveis diferenças lexicais.

Nesse sentido, consideramos, ainda, que o tratamento das diferenciações lexicais carrega o problema de se distinguir as palavras entradas a partir do contato linguístico com os africanos escravizados no Brasil e o vocabulário de origem africana, já presente na língua portuguesa no período que antecede à colonização.

“

“É o caso de inhome, palavra africana que se encontra sob a forma espanhola nãme no Diário de Cristóvão Colombo (1492) e sob a forma portuguesa na carta em que Pêro Vaz de Caminha, em 1500, dá notícia do descobrimento do Brasil ao Rei D. Manuel” (TEYSSIER, 1997, p. 110).

”

Dentre os estudos sobre a importância das línguas africanas na formação do português do Brasil, destacamos **A influência africana no português do Brasil**, de Renato Mendonça (1973 [1933], p. 109-164), estudo pioneiro, que apresenta 375 verbetes de origem africana (cerca de 10% do total estimado) usados no Brasil e/ ou empregados por escritores brasileiros, até o início do século XX. Seguem alguns exemplos:

### Vocabulário de origem africana

*Agogô*: Instrumento de dupla campânula.

*Angu*: massa feita de fubá de milho ou mandioca.

*Banguela*: 1. nome de um povo negro embarcado em Benguela. 2. pessoa sem dentes da frente. Provém do costume dos banguelas que arrancavam os dentes da frente das crianças.

*Banzar*: pasmar de mágoa.

*Batuque*: dança com sapateados e palmas.

*Bobó*: sopa de inhame.

*Bunda*: nádegas, assento.

*Cabaça*: gêmeo que nasce em segundo lugar.

*Cambada*: corja; súcia.

*Dengo*: designação familiar de menino.

*Fubá*: farinha de milho ou de arroz.

*Gongá*: cestinha com tampa.

*Macumba*: feitiçaria, candomblé.

*Mandinga*: feitiço, talismã para “fechar” o corpo.

*Quilombo*: povoação fortificada dos negros fugidos ao cativeiro.

*Quitute*: iguaria de sabor apurado; do quimbundo *kitutu*, indigestão. Naturalmente um bom prato é repetido imprudentemente, o que produz às vezes uma indigestão.

*Sinhá*: forma popular de senhora, criada pelos negros sobre o masculino *sinhô*.

*Xingar*: injuriar, ofender.

Apesar de enfocarmos os aspectos relativos à diversidade lexical, vários estudos procuram reconhecer as interferências das línguas africanas na estrutura do português brasileiro. Já no início do século XX, João Ribeiro, em seu **Dicionário Gramatical** (1906, p. 230), observou que essas alterações não são superficiais, ao contrário, se encontram em todos os níveis da estrutura da língua.

## Texto complementar

Vários estudos discutem a influência das línguas africanas no português. A seguir, apresentamos um pequeno trecho da obra *História da Língua Portuguesa*, de Paul Teyssier (1997).

### Vocabulário de origem africana

(TEYSSIER, 1997, p. 110)

[...]

Com efeito, os escravos pertenciam às mais variadas etnias. Entretanto, duas línguas africanas tiveram um papel particularmente importante no Brasil: o ioruba (falado atualmente na Nigéria) e o quimbundo (falado em Angola). O ioruba está na base de um vocabulário próprio à Bahia, relativo às cerimônias do candomblé (por ex.: orixá) ou à cozinha afro-brasileira (ex.: vatapá, abará, acará, acarajé). O quimbundo legou ao Brasil um vocabulário mais geral, quase sempre integrado à língua comum (ex.: caçula, cafuné, malombo, moleque). Muitas vezes esses vocabulário evoca o universo das plantações de cana-de-açúcar (ex. bangüê), com os escravos, seu modo de vida e suas danças (ex.: senzala, mocambo, maxixe, samba).

Finalmente, o vocabulário específico do português do Brasil é considerável. Ele encontra-se registrado e explicado em certos dicionários, e em particular no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (Rio de Janeiro, 1975).

### PARA REFLETIR

*Quais os efeitos do processo histórico de apagamento das línguas africanas na formação da identidade cultural e linguística do povo afro-brasileiro?*

### SAIBA MAIS

Leia o texto “As línguas africanas e o português falado no Brasil”, de Emilio Bonvini (2010). Link: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Lingua\\_Portuguesa/dissertacao/Aslinguas\\_escravos\\_brasil.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Lingua_Portuguesa/dissertacao/Aslinguas_escravos_brasil.pdf)

## Referências

- CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. Secretaria Municipal de Educação de Salvador. **Pasta de textos da professora e do professor**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2013.
- ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. **Ladinos e Boçais**: o regime de línguas do contrabando de africanos. Dissertação de Mestrado. 2012. Campinas:Universidade de Campinas.
- BONVINI, Emilio. Palavras de origem africana no português do Brasil: do empréstimo à integração. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e a constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/Pontes, 2002.
- BONVINI, Emílio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MATTOSO CÂMARA, J. **Introdução às línguas indígenas no Brasil**. Rio: Acadêmica, 1965.
- MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books
- PETTER, Margarida. **Termos de origem africana no léxico do português do Brasil**. In: Nunes, José Horta e Petter, Margarida. História do saber lexical e a constituição de um léxico brasileiro. São Paulo: Humanitas/Pontes, 2002.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26 ed São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RIBEIRO, João. **Diccionario Grammatical**. 3 ed. São Paulo: Livraria Rodrigues Alves, 1906.
- RODRIGUES, Jose Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. **Humanidades**, I(4), 1983, p. 21-41.
- TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

# AULA 5

## Comunidades afro-descendentes e o português afro-brasileiro

### O que restou das línguas africanas no Brasil?

Já observamos que, na atualidade, sobrevivem no Brasil cerca de 180 línguas indígenas, boa parte em risco de extinção. Mas, o que restou das línguas africanas? Essa questão, pouco debatida na educação básica, tem recebido diferentes respostas. É comum a abordagem desse assunto pela análise da preservação das línguas africanas nos usos cerimoniais e religiosos ou, especialmente, pela análise dos africanismos. Contudo, para além das assimilações e dos usos linguísticos específicos, algumas comunidades rurais afro-brasileiras conservam vestígios das línguas africanas trazidas para o Brasil nos séculos passados. Esse é o caso, por exemplo, da comunidade de Helvécia e do Cafundó, conforme veremos a seguir.

### A comunidade de Helvécia

Desde meados do século XX, investigam-se indícios de crioulização no português falado no Brasil. Para desenvolvimento desses estudos, focalizam-se as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, as quais teriam conservado variedades linguísticas específicas, formadas a partir do contato da língua portuguesa com as línguas africanas.

Nessa direção, nos anos de 1960, Carlota Ferreira, analisando a comunidade afro-brasileira de Helvécia, registrou a existência de uma variedade linguística bastante singular, talvez originada de processos de crioulização do português (LUCCHESI et. al, 2009). Essa hipótese ainda não foi confirmada, contudo, entre as décadas de 1980 e 1990, os linguistas Alan Baxter e Dante Lucchesi, retomando os estudos sobre Helvécia, concluíram que os usos linguísticos dessa comunidade podem ter sido afetados pelo “processo de transmissão linguística irregular”.

Essa comunidade, situada ao extremo sul da Bahia, no município de Nova Viçosa, foi fundada por colonos europeus, no século XIX. Em 1818, alemães, franceses e suíços formaram a Colônia Leopoldina para o cultivo e exportação de café, a partir do trabalho de escravos africanos, crioulos e mestiços. Todavia, com a abolição da escravatura e o avanço da agricultura cafeeira para regiões mais produtivas, a colônia entrou em declínio e vários colonos regressaram

para a Europa. Nesse contexto, muitos ex-escravos se fixaram nessa região, cultivando a terra para o próprio sustento. O relativo isolamento dessa comunidade – até meados do século XX – favoreceu a preservação de traços culturais e linguísticos próprios de seus antepassados africanos (LUCCHESI et. al, 2009).

Devemos notar, entretanto, que, já na década de 1960, a significativa variedade linguística de Helvécia se restringia aos falantes mais idosos.

## Exemplos de usos linguísticos em Helvécia

Alguns linguistas (cf. Ferreira, 1984; Baxter, 1992; Lucchesi, 2009, entre outros) defendem a hipótese de que a variedade linguística de Helvécia tem antecedente crioulo. Vejamos os exemplos de Carlota Ferreira (1984, apud Lucchesi et. all, 2009):

*(i) uso variável do artigo definido*

Ex.: “quando abri janela”

*(ii) variação na concordância de gênero, tanto no interior do Sintagma Nominal quanto na relação com um termo predicativo:*

Ex.: “io nã póde rumá o casa”

“ela é muito saído”

*(iii) simplificação da morfologia flexional do verbo:*

- variação na flexão número-pessoal que atinge a 1 pessoa do singular:

Ex.: “io sabe”; “io esqueceu”

- uso da forma do presente pela forma do pretérito do indicativo:

Ex.: “io nã póde rumá o casa” (‘eu não podia arrumar a casa’)

- uso da forma do infinitivo em contextos de formas finitas:

Ex.: “io conhecê” por ‘eu conheço’; “ele morê” por ‘ele morreu’; e “quando io andá na Ponta de Areia, nã tinha nada” (‘quando eu andava em Ponta de Areia, não havia nada lá’) (op. cit, p. 92, grifo nosso).



## A comunidade do Cafundó

Outra comunidade rural afro-descendente é Cafundó, formada pelas famílias Almeida Caetano e Pires Cardoso, que desde os tempos da escravidão permanecem arraigadas à terra.

Segundo a tradição oral de seus moradores, as terras do Cafundó - situado em Salto de Pirapora, nas proximidades da cidade de São Paulo - foram doadas pelo antigo proprietário, por volta de 1888. Ainda assim, a história recente dos cafundoenses é marcada pelas muitas disputas judiciais empreendidas contra os fazendeiros que, ao longo do tempo, ocuparam as suas terras.

Em 1978, essa comunidade ganhou notoriedade nacional ao ser redescoberta por jornalistas e pesquisadores de diferentes áreas e apresentada como um reduto cultural e histórico da escravidão, especialmente pela conservação da cupópia – um léxico de origem africana, constitutivo da identidade cultural desse povo (VOGT e FRY, 1996).

## Exemplos do léxico de cupópia, “língua africana” do Cafundó:

A cupópia, também chamada de “língua africana” e “a língua”, afigura-se como elemento estruturante das relações do grupo, por funcionar como símbolo da resistência negra (VOGT e FRY, 1996).

Vejamos alguns exemplos do léxico dessa “língua”, constituído de 115 substantivos, 15 verbos, 8 adjetivos e 2 advérbios, conforme registrados nos estudos pioneiros de Carlos Vogt e Peter Fry (1996):

### Exemplos de léxico cupópia

<i>adomador – lagarto</i>	<i>canguru – porco</i>
<i>afoché – espingarda</i>	<i>chicombo – sombra</i>
<i>alá – deus</i>	<i>chicongo/chipango – chapéu</i>
<i>ambara – cidade</i>	<i>chusso/inchusso – frango, galinha</i>
<i>ambere – pênis</i>	<i>coçumbar – ouvir, escutar, escolher, passar</i>
<i>andaru – fogo</i>	<i>colombo – pescoço</i>
[..]	[...]
<i>camaco – menino</i>	<i>tenhora da mucanda – enxada da escrita (caneta)</i>
<i>cambererá – caça, carne</i>	<i>cambererá do vava – carne da água (peixe)</i>
<i>caméria – cara, rosto, boca</i>	<i>mutombo do injequê – mandioca do saco (amendoim)</i>
<i>camundongo – rato</i>	<i>(op. cit., p. 143-145).</i>

Apesar de ser usado por um pequeno grupo, esse vocabulário, provavelmente originário do quimbundo, permanece ativo. As estruturas que o atualizam são, todavia, emprestadas do português local (VOGT e FRY, 1996).

#### Português afro-brasileiro

Variedade linguística usada por comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (cf. Lucchesi, Baxter & Ribeiro, 2009).

#### Transmissão linguística irregular

De acordo com Lucchesi e Baxter (2009, p. 101), o processo de transmissão linguística irregular é desencadeado por situações de contato linguístico abrupto e massivo entre línguas tipologicamente distintas, especialmente motivados por situações de colonização. Esse processo compreende a aquisição forçosa e precária da língua dominante – no caso brasileiro, a língua portuguesa – por falantes subjugados e marginalizados. A variedade linguística adquirida e usada por esses sujeitos serve de modelo linguístico para as gerações seguintes: “Tal processo de nativização da língua dominante ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provêm praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais”.



## PARA REFLETIR

*Qual a importância sócio-cultural e política das variedades linguísticas de Helvécia e do Cafundó?*

## Referências

FRY, Peter; VOGT, Carlos (com a colaboração de Robert Slenes). **Cafundó: A África no Brasil**. Linguagem e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LUCCHESI, Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. As formas de expressão na “língua» africana do Cafundó. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 57, n. 2, June 2005 . Available from <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252005000200019&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200019&lng=en&nrm=iso)> . access on 12 Feb. 2015.

# AULA 6

## Sobre as origens do português brasileiro

### Sobre as origens do português brasileiro

As discussões sobre o contato linguístico no Brasil e sua importância para formação do português brasileiro (PB) geralmente enredam a “questão crioula”. Fica em pauta, nesse sentido, se os traços que singularizam o PB contemporâneo devem ser interpretados como parte de um processo de pidginização, criouliização e posterior descriouliização ou se devem ser observados como resultado de um processo natural de mudança linguística.

Pela hipótese crioulista, argumenta-se que as situações de contato linguístico no Brasil favoreceram a formação de pidgins e, em um segundo momento, a formação de uma variedade crioula, de base portuguesa.

Nessa direção, Adolfo Coelho, ainda no século XIX, afirma que as diversas características que particularizam o PB, especialmente as variações de concordância verbal e nominal, podem ser encontradas em diferentes dialetos crioulos (COELHO, 1967 [1880], p. 43-44). No século XX, Gladstone Chaves de Melo (1946), Serafim da Silva Neto (1951), entre outros, reafirmam a hipótese crioulista como plausível para explicação das diferenças estruturais do português do Brasil em relação ao português europeu (PE).

Embora inconsistente, dada a escassez de evidências históricas, o postulado crioulista se constrói pela análise linguística comparativa entre o PB e o PE e, ainda, pela proposta de assemelhação das condições sócio-históricas brasileiras às condições de outras sociedades coloniais que desenvolveram crioulos autênticos (cf. GUY, 1981).

Note-se que nas teses crioulistas, muitas vezes se discute a hipótese de descriouliização. Questiona-se, portanto, se o português brasileiro está se reestruturando em direção ao seu superestrato original, isto é, em direção ao português europeu (GUY, 1981).

#### **Pidginização**

*O termo pidginização refere o processo de desenvolvimento de um pidgin, isto é, uma língua de comunicação, formada em situações de contato e que não conta, portanto, com falantes nativos.*

#### **Criouliização**

*Designa o processo pelo qual um pidgin adquire mais complexidade e se torna a língua materna de uma determinada comunidade.*

#### **Descriouliização**

*O termo descriouliização é comumente empregado, nos estudos linguísticos, para referir o processo de reestruturação de uma língua crioula em direção à língua de superestrato, isto é, em direção à língua dominante.*

Dos autores que refutam as hipóteses crioulistas, podemos citar os estudos de Naro (1973; 1978; 1981), Naro e Scherre (1993; 2001; 2007, entre outros), que propõem uma certa continuidade genética do português brasileiro. Nessa proposta, os traços que singularizam o PB resultariam do cruzamento de fatores diversos, os quais teriam favorecido a realização de um conjunto de variáveis já previstas em seu sistema (cf. Naro & Scherre, 2007, entre outros estudos). Em outras palavras:

“

o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos. (NARO; SCHERRE, 1993, p. 45).

”

Conforme se vê, essa proposta minimiza a importância das línguas africanas e indígenas na constituição do PB e reafirma a tendência imanente da língua.

Tarallo (1983), em seu conhecido estudo intitulado “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: *mudanças sintáticas aleatórias*”, refuta completamente a hipótese de descriu-lização, pelo argumento de que as mudanças sintáticas do PB caminham em direção oposta à língua original - o português europeu.



Conforme dissemos anteriormente, os dados empíricos da história não comprovam a criouli-zação, todavia, conforme propõe Pagotto (2007, p. 37), a história do português do Brasil se constrói como um “caleidoscópio de avanços e recuos, de rupturas radicais e de acomoda-ções”. Assim, são as condições sócio-culturais, históricas, políticas e econômicas de formação do Brasil que nos impedem de descartar definitivamente a hipótese do substrato crioulo.

Devemos enfatizar, por fim, que a “questão crioula” figura na agenda linguística brasileira desde o século XIX, isto porque não se discute somente a origem do português brasileiro, mas a relevância das línguas africanas ou indígenas em sua composição.

Conforme Lucchesi (2009), ainda hoje prevalecem os obstáculos ideológicos, sustentados pe-los princípios estruturantes da sociedade colonial brasileira, que tão bem legitimou as opo-

sições entre colonizador e colonizado, entre senhor e escravo, entre brancos e não-brancos. Nesse sentido, o que de fato alimenta a tese da deriva natural não é a escassez de evidências históricas e de estudos linguísticos que comprovem a relevância do contato linguístico, mas a ideia, ainda arraigada na sociedade brasileira, de superioridade da língua portuguesa em detrimento das línguas africanas e indígenas.

## Texto complementar

Para compreender melhor essas discussões – propostas desde o século XIX – sobre as origens do português brasileiro, leia um trecho do texto “Brasileirismos”, de João Ribeiro – filólogo, gramático e historiador - cujos estudos reforçaram a hipótese crioulista.

### Brasileirismos

(RIBEIRO, 1889)

É a expressão que damos a toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil.

Há quem dê ao conjunto dessas divergências o valor de dialeto. O conceito de dialeto não tem, na verdade, limites bem assinalados e, como diz Whitney, há dialetos em todas as classes sociais no seio da própria família. A noção de dialeto pois pode, sem grande inconveniente, ser aplicada a qualquer sistema de degenerações ou diferenciações parciais e geográficas da língua. Que esse dialeto, porém, tenha foros de língua literária e culta é o que de todo se torna inadmissível, atendendo-se a que a dialeção brasileira não é suficientemente caracterizada e intensa de modo que torne possível a revolta contra a língua pura e vernácula.

Em toda a parte, as províncias e os domínios de qualquer língua caracterizam-se por modos especiais divergentes que não destroem a unidade da língua fundamental. Quando o dialeto se desvia consideravelmente da língua matriz, pode tornar-se literário e culto. Foi o que sucedeu ao galego, e ao catalão modernamente e, na idade média, a todas as línguas romanas que se emanciparam do latim bárbaro. A emancipação do dialeto brasileiro se não é de todo inexequível, é seguramente, pelo menos, prematura. A língua clássica não constitui óbice de espécie alguma para os brasileiros – a não ser a exigência, que se dá em todas as línguas literárias de meditada cultura.

No decurso das linhas seguintes não se tratará especialmente da influência do tupi, abanéen, guarani, nem do africano, elemento negro ou de outros quaisquer influxos produzidos na língua, e que serão estudados nos lugares indicados (Negro, tupi, cigano etc.).

Apenas faremos a análise da linguagem que foi criação e produto do mestiçamento de raças e povos fundamentais. A possibilidade e fatalidade da dialeção crioula ou mestiça resultou da vida nova dos europeus coloniais. Diversos fatores colaboram para isso: o clima, a presença de três raças, duas de cooperação embora forçada (a portuguesa e africana) e a outra inimiga (a tupi), os ciganos, os espanhóis, o tipo mestiço ou crioulo resultante do

caldeamento, as novas necessidades, novas perspectivas, novas cousas e novas indústrias. Datam os primeiros estabelecimentos de ensino de meados do século XVI. Daí em diante a colonização espanhola em S. Vicente (S. Paulo), e o fundo crescente da imigração portuguesa adiantaram o mestiçamento da raça aborígine, quando desde cedo as necessidades industriais impuseram o tráfico de africanos. No século atual a crise do proletariado europeu, ocasionando diversas correntes de despovoamento e emigração do solo, procurando, por aclimação mais fácil, a zona subtropical e temperada, tende a produzir no Brasil dois tipos étnicos diferentes: o nortista, fiel às tradições, unitarista, homogêneo e brasileiro do tipo colonial; o sulista, perdendo o caráter nacional na incoesão do cosmopolitismo, italianizado, germanizado, federalista. Deixando de parte a apreciação geral, no que respeita à língua, a dialeção do crioulo, sob modificações secundárias, conserva-se hoje em dia, por todo o país, em estado de quase equilíbrio [...].



## PARA REFLETIR

*Como as discussões acerca da importância das línguas indígenas e africanas na formação do português brasileiro contribuem para valorização da diversidade cultural e linguística do Brasil?*

## Referências

- COELHO, Adolpho. Notas Suplementares. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 1880. Reproduzido em *Estudos Lingüísticos Crioulos*, p. 129-196, 1967.
- GUY, Gregory. **Linguistic Variation in Brazilian Portuguese**. Aspects of phonology, syntax and language history. 1981. Tese de Doutorado. Universidade da Pensilvânia.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p
- LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p
- MELO, Gladstone Chaves de. **A Língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975 [1946]
- NARO, Antony. Crioulização e mudança natural. **Estudos diacrônicos**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- \_\_\_\_\_. A study on the origins of pidnization. **Language**. V. 54, n. 2, p. 314-347, 1978.
- \_\_\_\_\_. The social and structural dimension of a syntactic change. **Language**, 1981, p. 63-98.
- NARO, Antony e SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. **D.E.L.T.A.** 9 – Especial, p. 145-153, 1993.



\_\_\_\_. **Sobre as origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PAGOTTO, Emílio G. . Crioulo sim, crioulo não: uma agenda de problemas. In: Ataliba T. de Castilho; Ruth E. Vasconcellos Lopes; Maria Aparecida Torres Morais; Sônia Maria Lazzarini Cyrino. (Org.). **Português Brasileiro: Descrição, História e Aquisição.** 1a. ed. Campinas: Pontes, 2007, p. 461-482.

RIBEIRO, João. Brasileirismos. In: Pinto, Edith Pimentel (org.). **O português do Brasil - textos críticos e teóricos 1 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história.** São Paulo: EDUSP, 1978, p. 333-348.

SILVA NETO, Serafim da . 1977. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Presença, 1977 [1950]

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. Em Roberts & Kato (eds.). **Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica.** Ed.UNICAMP: Campinas, 1993; 35-68.